



1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA
2 UNIFESP – *CAMPUS* OSASCO REALIZADA EM 21.03.2014

3 Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às dez horas, realizou-se
4 Reunião Extraordinária da Congregação UNIFESP, *campus* Osasco, no auditório da instituição,
5 localizada à Rua Angélica, número 100, Jardim das Flores, município de Osasco. Participaram: o
6 diretor acadêmico, Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto, que presidiu a sessão; a Vice-Diretora
7 Acadêmica, Profa. Cláudia Alessandra Tessari; o Diretor Administrativo, Sr. Tarcísio Martins
8 Mendonça, os coordenadores de curso de graduação: Prof. Dr. Arthur Bragança de Vasconcellos
9 Weintraub, Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado, Profa. Dra. Márcia Carvalho de Azevedo; os
10 representantes docentes: Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos, Prof. Dr. Júlio Cesar Zorzenon
11 Costa, Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic, Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet, e o Prof. Dr.
12 Salvador Andres Schavelzon; a representante dos servidores técnicos administrativos: Sra. Emília
13 Tiemi Shinkawa; e o representante discente: Erike Patino Cardoso. Justificou ausência o
14 coordenador do Eixo Comum, Prof. Dr. Marcello Simão Branco. O presidente deu início à reunião
15 às 10h20min agradecendo a presença de todos e passou aos **INFORMES DA DIRETORIA**
16 **ACADÊMICA: 1) Reconhecimento do Curso de Relações Internacionais** - O Prof. Murilo
17 informou que o Curso de Relações Internacionais recebera a Comissão de avaliadores do MEC e
18 obtivera o reconhecimento do curso com nota máxima, 5 (cinco). Relatou que a comissão tinha
19 iniciado os trabalhos em uma segunda-feira e na terça-feira pela manhã já haviam concluído a
20 avaliação. Segundo ele, uma avaliação rápida é sempre um bom sinal, porque significa que a
21 documentação está em ordem e isso havia se confirmado no dia anterior, quando a nota máxima foi
22 divulgada. O Prof. Murilo afirmou que aquele era um informe e, também, um momento muito
23 importante para a EPPEN. Por isso, parabenizava a coordenação do curso, exercida pela Profa.
24 Cristina Pecequilo e pelo Prof. Flávio Rocha, cumprimentava todo o corpo técnico administrativo
25 que, em maior ou menor medida, esteve envolvido na construção daquele resultado. Fez referência,
26 também, à Profa. Cláudia Tessari que, na diretoria, ficou encarregada de coordenar o trabalho de
27 organização das equipes (Secretaria Acadêmica e secretários de curso). Nesse momento, o
28 presidente mostrou o Projeto Pedagógico, documento de 2010, para lembrar que em outubro
29 daquele mesmo ano as únicas coisas que materializavam o *campus* Osasco eram uma pasta com o
30 *Projeto Pedagógico do campus* e apenas 6 professores. Admitiu que havia uma grande instituição
31 dando respaldo, mas o restante era apenas promessa, uma expectativa de construção. Segundo o
32 professor, no presente, essa avaliação (apesar das críticas sobre as idealizações dessas avaliações e
33 *rankings*) materializava essa construção. Para o professor, o mais significativo daquilo tudo era a
34 possibilidade de passar de uma fase de estabelecer os fundamentos para uma fase de consolidação,
35 na qual o trabalho é feito com mais tranquilidade, uma vez que as graduações do *campus* serão
36 todas reconhecidas com expectativa de notas 4 ou 5. Destacou a importância daquele momento,
37 pois, o *campus* iria superar a fase de insegurança sobre o Projeto Pedagógico e sobre a
38 infraestrutura para poder adentrar em um período de horizonte de maior ousadia e planejamento



39 mais amplo. **2) Debate sobre Departamentalização** - O presidente informou que o debate
40 ocorreria na quarta-feira seguinte, dia 26 de março, às 18 horas e contaria com as presenças: do
41 chefe de departamento do *campus* São José dos Campos; da coordenadora de um dos eixos do
42 *campus* Baixada Santista e da ex-presidente da Adunifesp, Profa. Dra. Virgínia Junqueira; da ex-
43 chefe de Departamento do curso de Ciências Sociais do *campus* Guarulhos, Profa. Márcia Tosta; da
44 ex-Pró Reitora adjunta de Graduação e que atualmente trabalha na ProGrad, Profa. Jacqueline Luz;
45 do Chefe da Secretaria Acadêmica, representando os servidores técnico-administrativos, Sr.
46 Marcelo Paes; de um representante da Comissão de Departamentalização; e de um representante
47 discente. Nesse momento, o discente Erike se manifestou informando que os alunos haviam
48 decidido que ele seria o representante dos discentes no Debate. A Profa. Luciana Onusic também se
49 manifestou dispondo-se a representar a Comissão de Departamentalização e perguntou se haveria
50 espaço para a apresentação do relatório ou apenas o debate propriamente dito. O Prof. Murilo
51 respondeu que haveria uma apresentação de cerca de 10 minutos da Comissão de
52 Departamentalização e, também, outras apresentações com, igualmente, cerca de 10 minutos para
53 cada fala, que seriam seguidas de debate. O presidente finalizou o informe convidando a todos a
54 participarem e lembrando que seria um momento importante para a comunidade entender melhor
55 sobre os departamentos na Unifesp. **3) Congresso da Unifesp** - O presidente chamou a atenção
56 para a relevância do Congresso e informou o caráter propositivo do encontro, cujas propostas
57 norteariam as decisões do CONSU e dos demais órgãos deliberativos da Unifesp. Exemplificou,
58 dizendo que o Congresso trataria do Estatuto e do Regimento da Unifesp e o resultado das
59 discussões poderia direcionar o debate na Estatuinte que deveria ocorrer depois do Congresso.
60 Assinalou que o tema do evento seria “20 anos de Unifesp: autonomia, democracia e sociedade” e
61 os subtemas abordados no Congresso versariam sobre: **a)** Consolidação da Unifesp: financiamento
62 da universidade pública; **b)** Reformas do Estatuto e do Regimento: estruturas de poder,
63 representatividade e autonomia; **c)** Projeto Político Acadêmico, Reformas do Estatuto e do
64 Regimento: estrutura de poder. O professor informou que a forma de organização do Congresso,
65 com seus subtemas, tinha sido aprovada na última reunião do CONSU. Informou, também, que
66 haveria participação paritária entre docentes, estudantes e técnicos administrativos (100 delegados
67 de cada segmento). Frisou que o Congresso contaria, também, com 50 delegados representantes da
68 sociedade civil, convidados pela Comissão, com direito a voz, mas não a voto. Explicou que esses
69 segmentos eram parceiros da Unifesp: prefeituras, movimentos sociais, associações profissionais
70 com as quais a Unifesp trabalhava. Mas, esclareceu que o critério para ocupação dessas 50 vagas
71 ainda não estava definido. Ponderou que, já os 100 delegados de cada segmento estariam
72 distribuídos proporcionalmente à quantidade de estudantes, professores e técnicos em cada *campus*.
73 Citou, apenas a título de exemplo, que o *campus* Osasco teria direito a 5 delegados estudantes, 4
74 delegados técnico-administrativos e 6 delegados professores. Ainda a título de exemplo, explicou,
75 desses 5 delegados estudantes, 2 seriam indicados na Congregação e 3 em assembleia estudantil do
76 *campus*. Algumas vagas seriam preenchidas por entidades representativas, tais como: Sintunifesp,
77 Aremult (entidade representativa da Residência Multidisciplinar) e Amerepam (Associação dos



78 Médicos Residentes da EPM). Outra informação importante foi que haveria um prazo para inscrição
79 das teses, que seriam sobre o tema geral do Congresso, temas específicos ou relacionados a ele.
80 Explicou a limitação de tamanho das proposições e que uma comissão sistematizaria as teses e as
81 disponibilizaria aos delegados. O Prof. Murilo, então, continuou discorrendo sobre as atividades a
82 ocorrerem durante os 3 dias do Congresso, sobre o local do evento e sobre a interrupção das aulas
83 nesse período. A Sra. Emília pediu esclarecimentos sobre a escolha dos delegados técnico-
84 administrativos de Osasco, ao que o prof. Murilo respondeu que seriam 2 pela Congregação e 2 em
85 assembleia realizada pelos próprios técnicos administrativos. Nesse momento, o Prof. Júlio
86 Zorzenon pediu permissão para, também, dar um informe à Congregação e avisou que o **Edital**
87 **FORPROEX**, que dá acesso a recursos do MEC para projetos de Extensão, teve suas inscrições
88 prorrogadas até o dia 25 de abril. No entanto, como a universidade teria que escolher internamente
89 os projetos a serem enviados ao MEC, estes deveriam ser cadastrados até às 23h59 do dia 21 de
90 abril. Informou, ainda, que enviaria essas mesmas informações a todos os docentes por *e-mail*. O
91 presidente, então, passou a palavra a Sr. Tarcísio Mendonça para que ele tratasse dos **INFORMES**
92 **DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA**: O diretor administrativo informou que houve
93 descentralização de R\$ 178 mil referentes a recursos de capital (R\$ 169 mil para compra de livros e
94 R\$ 9 mil para ventiladores) e que os empenhos provavelmente estariam finalizados até o final da
95 semana seguinte e, em breve, as empresas entregariam o material. Relembrou que o *campus* estava
96 “brigando” havia mais de um ano por tais recursos que, finalmente, chegavam. A Profa. Márcia
97 perguntou se aqueles livros se referiam ao acervo que já estava licitado e que fora objeto de
98 memorando enviado à Reitoria solicitando a liberação da verba para sua compra, ao que o Prof.
99 Murilo respondeu positivamente e acrescentou que havia outras duas licitações de livros que
100 estavam sendo preparadas. A Profa. Luciana fez um aparte para dar maiores detalhes sobre o
101 orçamento. Segundo a professora, que tinha estado no FORPLAD representando a Pró-Reitoria de
102 Planejamento, o MEC liberou o orçamento da Unifesp, mas não o financeiro. Relatou que até
103 agosto de 2013 o governo liberava todas terças e sextas-feiras do mês os recursos financeiros para
104 que as Universidades pagassem seus fornecedores, contudo, acrescentou que, a partir de agosto,
105 passou a liberar apenas uma vez por mês, e no final do mês, o que estava acarretando o pagamento
106 de multas por parte de muitas universidades. Sugeriu, então, que quando houvesse muita urgência, o
107 *campus* avisasse para que a Pró-Reitoria falasse com o MEC para tentar liberar antes. Informou,
108 também, que após a aprovação pelo CONSU da distribuição do orçamento da Unifesp referente a
109 2014, a universidade recebeu a notícia que o MEC só liberaria 30% do orçamento do custeio
110 aprovado, o que agravou a situação. A professora continuou a informar que, mesmo que o
111 orçamento tenha sido distribuído entre os *campi*, o que aconteceria a partir daquele momento é que
112 os empenhos de cada *campus* teriam de ser discutidos entre todos para que um *campus* não
113 empenhasse demais e outros ficassem sem recurso até a próxima liberação. O Prof. Murilo
114 complementou que as direções acadêmicas e administrativas dos *campi* tinham sido convocadas
115 pela reitora para reunião naquele mesmo dia, às 16 horas, para tratar de novos procedimentos em
116 face dessa nova sistemática de liberação de recursos. Nesse momento, o Prof. Fábio pediu a palavra



117 para perguntar sobre a decisão do CONSU a respeito da distribuição do orçamento na Unifesp. O
118 Prof. Murilo respondeu que o órgão colegiado tinha aprovado o critério de rateio do orçamento
119 apresentado pela Reitoria, baseado na cesta básica com 22 itens de custeio comuns a todos os
120 *campi*, mais um complemento pela Matriz Andifes atualizada para 2013. O presidente continuou
121 esclarecendo que a principal mudança - que teria seu efeito, porém, somente no próximo orçamento,
122 o do ano de 2015 - seria a formação de um Grupo de Trabalho com participação de representantes
123 dos *campi* e aqueles que mais diretamente lidavam com o orçamento, significando um processo
124 mais participativo na definição dos critérios para esse rateio. Informou também que a Reitoria se
125 comprometeu a fazer uma equalização para o *campus* Osasco e para o *campus* São José dos
126 Campos, a qual ainda não tinha sido negociada, ou seja, haveria o orçamento, mas haveria também
127 o compromisso da Reitoria de fazer uma complementação. O professor informou que já tinha
128 pedido reunião com a Reitora para tratar desta equalização para o *campus* Osasco. O presidente
129 passou, então, para a Ordem do Dia, lembrando que aquela reunião extraordinária tinha o objetivo
130 principal de aprovar as bancas de concursos para docentes já agendadas. **ORDEM DO DIA: (1)**
131 **Apresentação e aprovação de bancas de Administração e Ciências Atuariais: a) Área**
132 **Administração, Subárea Métodos Quantitativos para Administração** - A Profa. Márcia
133 Carvalho de Azevedo, coordenadora do curso, elencou os componentes da banca constantes do
134 documento que havia sido enviado antecipadamente para todos os membros da Congregação. A
135 professora leu os nomes dos 7 (sete) candidatos inscritos e informou que a banca estava agendada
136 para ocorrer durante 3 dias. O Prof. Murilo, então, lembrou que todas as bancas já estavam
137 aprovadas pela Comissão de Bancas após análise de possíveis conflitos de interesses e perguntou se
138 algum membro gostaria de solicitar algum esclarecimento ou tecer algum comentário. Não havendo
139 comentários, o professor consultou o colegiado se poderia considerar aprovada e **a banca foi**
140 **aprovada por unanimidade. b) Área Administração, Subárea Contabilidade Geral:** a Profa.
141 Márcia apresentou o documento que já havia sido enviado a todos os membros da Congregação
142 com antecedência e que continha os nomes dos componentes da Banca. Apresentou também os 8
143 (oito) candidatos inscritos e informou que a banca era prevista para ocorrer durante 3 dias. O
144 presidente Murilo perguntou aos presentes se alguém desejava se manifestar. Não havendo
145 manifestações, **a banca foi aprovada por unanimidade. c) Área Administração, Subárea**
146 **Administração Geral:** A Profa. Márcia Azevedo apresentou o documento que havia sido
147 antecipado a todos os membros da Congregação e que continha os nomes dos membros da banca do
148 concurso. Apresentou também os 6 (seis) candidatos inscritos e informou que essa banca estava
149 agendada para ocorrer durante 2 (dois) dias. Nesse momento, o Prof. Zorzenon pediu
150 esclarecimento sobre a Profa. Cristina Andrews, membro da banca, perguntando se ela era
151 professora do *campus* Guarulhos ou do *campus* Osasco, ao que o Prof. Murilo respondeu que ela
152 estava lotada no *campus* Guarulhos. O Prof. Júlio, então, comentou que, sendo daquela forma, a
153 banca parecia estar com um problema, pois, tanto a Profa. Márcia Tosta quanto a Profa. Cristina
154 Andrews pertenciam ao Departamento de Ciências Sociais do *campus* Guarulhos e a resolução que
155 versa sobre as bancas impedia que houvesse 2 (dois) membros do mesmo Departamento. O Prof.



156 Fábio Alexandre dos Santos perguntou se seria considerada legítima uma substituição de membro
157 feita pela Congregação naquele momento, ao que o Prof. Murilo respondeu afirmativamente, visto
158 que a Congregação era soberana. Os professores Júlio e Fábio, então, se ofereceram para compor a
159 banca como suplentes para que aquele processo não fosse prejudicado. Nesse momento, foi feita a
160 inclusão do Prof. Fábio Alexandre dos Santos como membro e **a banca foi aprovada por**
161 **unanimidade**. O presidente informou que haveria mais uma banca de Ciências Atuariais para ser
162 aprovada naquele dia, mas o curso ainda não havia conseguido um presidente para o trabalho,
163 sugerindo então, **que aquela banca voltasse na reunião seguinte para ser aprovada. Após a**
164 **anuência dos membros presentes**, passou-se ao próximo item: **(2) Apresentação e aprovação da**
165 **carta de registro da candidatura da EPPEN para receber o curso de Direito no campus Osasco**
166 - O Prof. Murilo retomou o histórico do ponto lembrando que aquele órgão colegiado havia
167 decidido pleitear a vinda do curso de Direito da Unifesp para o *campus* Osasco e, para tanto,
168 deveria redigir uma carta à Reitoria manifestando o pleito. O professor informou que a direção
169 acadêmica solicitara auxílio à Profa. Ana Carolina Leister para a redação da carta que havia sido
170 enviada antecipadamente a todos os membros da Congregação junto com a convocatória para
171 aquela reunião. O professor agradeceu à Profa. Ana Carolina pela redação e lembrou que uma
172 recomendação da Congregação quando da aprovação pelo pleito era a de ressaltar no texto do
173 documento a necessidade de estabelecer um acordo com o MEC para destinar novas vagas de
174 docentes e TAES para que o curso pudesse ser implantado. Confirmou que esse pré-requisito estava
175 contemplado na página 3, item número 9 do documento. E, assim, o diretor abriu para comentários
176 e esclarecimentos. O discente Erike pediu a palavra para dizer que os alunos, quando informados
177 sobre a possibilidade da vinda do curso de Direito para o *campus* Osasco, gostaram da ideia, com a
178 ressalva, porém, de que o curso devesse ser instalado no *campus* Quitaúna e não na unidade atual,
179 justificando que esta já estava com seu espaço físico praticamente todo ocupado. O Prof. Murilo
180 assinalou que a pergunta era importante e informou que, inclusive, havia um ponto de pauta
181 solicitado pelos servidores que tratava daquela questão. Nesse momento, a Sra. Emília revelou que
182 os técnicos também solicitaram esclarecimentos sobre o aumento do número de servidores para
183 atender aquele novo curso, porém, ao ler o item 9 do documento, ela considerava que, se cumprido,
184 não haveria problemas. A assistente social perguntou, ainda, sobre a previsão do início das
185 atividades do curso, ao que o presidente respondeu que a direção previa o início das atividades em
186 2015, se o processo ocorresse muito rapidamente, ou 2016. Ele comentou que havia conversado
187 com a vice-diretora exatamente sobre essas previsões. A Sra. Emília, então, calculou que, daquela
188 forma, o curso seria iniciado na unidade atual do *campus*. O Prof. Murilo concordou ser aquela uma
189 questão muito importante e ponderou que a pactuação das vagas de professores não seria difícil,
190 porém, via maior dificuldade com relação às vagas para técnicos. Apesar disso, lembrou, havia a
191 Portaria do MEC que estabelecia o número de técnicos por alunos e, assim, o *campus* teria
192 embasamento legal para reivindicar aquele quantitativo, fazendo uma previsão do número de alunos
193 no curso pleiteado. O ponto mais difícil, na opinião do presidente, era referente às salas de aula. Ele
194 informou que a direção estava analisando a infraestrutura disponível e se reuniria com a Comissão



195 de Infraestrutura na semana seguinte para discuti-la. Declarou que, havendo aporte de recursos da
196 ordem de cerca de R\$ 2 milhões para a unidade atual do *campus*, acreditava ser possível contar com
197 mais 4 ou 5 salas de aula já em 2015 ou 2016. Aquele montante seria aplicado na instalação de uma
198 casa pré-moldada no espaço externo do *campus*, semelhante ao *campus* São José dos Campos, e,
199 também, em reparos na rachadura existente no último andar, as quais impediam a utilização de
200 algumas salas. Relatou que havia algumas salas que estavam sendo ocupadas para estoque de
201 equipamentos de TI, de almoxarifado e lousas, material que poderia ser transferido para a casa pré-
202 moldada, liberando as salas de aula. Acrescentou que o *campus* já dispunha de laudo concluído
203 sobre o que seria necessário fazer para reparar as salas interditadas por causa de rachaduras.
204 Revelou a falta de verba e comentou como possível saída a negociação com a prefeitura e com o
205 MEC para condicionar a instalação do curso de Direito ou a uma reforma do prédio atual
206 (constando de reparos nas instalações elétricas, no telhado e na rachadura e ampliação das vagas de
207 estacionamento, por exemplo) ou à cessão de outro espaço ou, ainda, ao auxílio da prefeitura com
208 recursos, visto que o prédio atual pertence ao município. Frisou que, nas condições correntes, o
209 curso de Direito não poderia ser instalado no prédio do Jardim das Flores. Nesse momento, o
210 discente Erike lembrou que o estacionamento já não supria a real necessidade dos alunos. O Prof.
211 Júlio perguntou se continuava a previsão de que a Unidade de Quitaúna seria inaugurada em 2016.
212 O Prof. Murilo respondeu que houve atraso na licitação do cercamento, porém, a licitação do prédio
213 continuava dentro do cronograma. O Prof. Salvador, por sua vez, perguntou se o prédio 1 de
214 Quitaúna não fora pensado apenas para os cursos já instalados no *campus*, ao que o Prof. Murilo
215 respondeu sim, no entanto, afirmou, nas últimas conversas entre a comissão de Infraestrutura e a
216 ProPlan já se começou a pensar na possibilidade de o prédio 1 de Quitaúna receber também o curso
217 de Direito. O Prof. Júlio, então, reforçou que considerava muito importante o *campus* Osasco
218 abrigar o novo curso, mas sugeria que a Congregação colocasse como perspectiva o ano de 2016
219 para o início de suas atividades, visto que a maneira como os processos no setor público ocorrem
220 acabaria favorecendo alguma improvisação. Além disso, colocou uma questão que considerava
221 importante para a comunidade do *campus* avaliar: se a curso de Direito faria parte da EPPEN ou iria
222 constituir outra unidade universitária. O Prof. Arthur disse concordar com o Prof. Júlio e com o
223 aluno Erike e relatou que os alunos sempre pediam para que ele tratasse da questão do
224 estacionamento. O professor declarou que, para ele, aquela era uma questão de segurança e não de
225 comodidade, visto que, sobretudo à noite, vidas eram colocadas em risco. Segundo o professor, ele
226 próprio constatou ao lado do parque uma grande área de rua que fica ociosa e a sua sugestão era que
227 a prefeitura entregasse esse passeio interno do parque ao controle da Unifesp, apenas no período da
228 noite, de maneira que caberiam muitos carros e o próprio segurança da Unifesp poderia se
229 encarregar de vigiar o local. Ele afirmou considerar essa possibilidade mais fácil de ser levada a
230 cabo do que a FITO ceder o terreno ao lado do *campus* para ampliação do estacionamento. O
231 professor continuou sua fala discorrendo sobre o local do curso de Direito. Para ele, se a EPPEN
232 funcionasse de maneira orgânica, o curso de Direito não deveria ser um apêndice, caso contrário,
233 ele não deixaria de ser “*um curso de Direito normal, estanque, que não se misturava com nenhum*



234 *outro curso, que não se mistura com ninguém*”. Nesse momento, o Prof. Júlio perguntou ao Prof.
235 Arthur se ele estaria defendendo o curso de Direito como parte da EPPEN, ao que o interlocutor
236 responde afirmativamente. O Prof. Júlio, então, afirmou ter dúvidas sobre isso, mas, considerava o
237 argumento do Prof. Arthur interessante. Com a palavra, o Prof. Fábio Alexandre concordou com a
238 importância de se discutir a questão levantada pelo Prof. Júlio e lembrou que o curso de Direito não
239 estava previsto para o *campus* Quitaúna e propôs, então, que a Comissão de Infraestrutura, ao
240 discutir o Prédio 1 de Quitaúna, o fizesse pensando no curso de Direito, caso contrário, o problema
241 seria apenas transferido de um *campus* para o outro. Retomando a palavra, o Prof. Murilo disse que
242 o Prof. Fábio tinha razão em suas considerações e concluiu que se fosse aprovada a instalação do
243 curso na EPPEN, então, teria início a discussão concreta de como isso se daria. Por outro lado, a
244 equipe da ProPlan estava elaborando o projeto para o Prédio de Quitaúna e depois haveria um
245 período de consulta pública, informou. Acrescentou que nas últimas conversas e reuniões, o Pró-
246 Reitor Adjunto de Planejamento, Prof. Pedro Arantes, já teria confirmado que haveria espaço no
247 prédio 1 para a parte da coordenação do curso de Direito. Comentou que fora feito um cálculo
248 aproximado que daria conta de que o prédio teria espaço para receber o curso, mas, ressaltou, era
249 evidente que deveria ser feito estudo mais detalhado como fora feito para os 5 cursos existentes e,
250 ainda, uma avaliação mais precisa já pensando no prédio 2. Em relação à unidade universitária na
251 qual o curso estaria inserido, o Prof. Murilo disse considerar que um curso à parte não agregaria ao
252 curso de Direito a possibilidade de interação que, mesmo conflituosa, estava sendo bem conduzida
253 e, para reforçar essa ideia, lembrou que a nota 5 recebida pelo curso de Relações Internacionais no
254 seu reconhecimento pelo MEC era também uma avaliação do projeto pedagógico, assim, segundo o
255 presidente, havia uma possibilidade de projetos pedagógicos com algumas características
256 inovadoras serem bem sucedidos. Dessa forma, sustentou que para o curso de Direito seria bem
257 mais interessante vir a se juntar aos cursos da EPPEN. Nesse momento, a Profa. Márcia pediu a
258 palavra e questionou o item 11 do documento que versava sobre a necessidade de recursos de
259 custeio e capital para a instalação do curso e sugeriu que fosse incluída de forma mais direta a
260 condição de se contar com infraestrutura adequada (espaço físico, sala de aula, sala para
261 professores, etc.). O Prof. Salvador, por sua vez, questionou se a decisão sobre o curso pertencer a
262 esta ou aquela unidade universitária caberia à Reitoria ou à Congregação e, ainda, como funcionava
263 a criação de cursos na Unifesp. O Prof. Murilo respondeu que se tratava, naquele momento, de se
264 apresentar a candidatura à Reitoria e à Pró-Reitoria de Graduação. Esclareceu que a candidatura
265 será debatida no Conselho de Graduação e depois no Conselho Universitário e necessitava de
266 aprovação naqueles dois órgãos colegiados. E, quanto à decisão sobre ser parte da EPPEN ou não, o
267 *campus* teria a possibilidade de propor também, explicou o presidente. Em relação ao projeto
268 pedagógico, declarou que o *campus* teria a palavra final, mesmo que havendo algum representante
269 da PROGRAD na comissão responsável pela elaboração do projeto. Continuou explicando que a
270 lógica era que este fosse integrado ao projeto pedagógico do *campus* Osasco. Nas palavras do Prof.
271 Murilo “*nas conversas que tenho tido com as pessoas na Reitoria, o que falam é que o campus é*
272 *quem vai elaborar o projeto pedagógico*”. A Prof. Luciana Onusic ponderou que o *campus* também



273 vinha propondo a criação de cursos de mestrado, por exemplo, sem se questionar se haveria sala ou
274 não e então argumentou que a discussão deveria se situar em torno da questão de fazer ou não
275 sentido para o *campus* a abertura do curso e depois brigar pelos recursos. A Profa. Márcia reforçou
276 que, de qualquer maneira, ela achava importante reforçar a necessidade de se ter infraestrutura para
277 o novo curso, afinal, acreditava que no restante da Unifesp não se tinha conhecimento da real
278 situação do *campus* Osasco. A Profa. Cláudia Tessari concordou com a Profa. Luciana e disse que
279 gostaria de deixar registrado que, no caso de ser aprovada a vinda do curso para Osasco, deveria
280 haver uma discussão muito ampla sobre o curso fazer parte da EPPEN ou ser instalado em outra
281 unidade universitária do *campus* Osasco, mesmo que, em princípio o curso fosse abrigado no prédio
282 da EPPEN (prédio 1 de Quitaúna) e, posteriormente, viesse a constituir outra unidade universitária,
283 como ocorria com o Instituto do Mar no *campus* Baixada Santista que era abrigado na unidade
284 existente mas já se sabia que constituiria outra unidade. A vice-diretora terminou sua fala dizendo
285 que ainda não estava convencida se o curso deveria fazer parte da EPPEN. O Prof. Salvador pediu a
286 palavra e disse que também achava desnecessária a preocupação com a acomodação do novo curso
287 no prédio atual uma vez que já se tinha em vista a mudança para Quitaúna no final de 2016 e, assim,
288 o curso de Direito utilizaria apenas 2 ou 4 salas no prédio atual, pois abrigaria apenas os primeiros
289 anos. A Profa. Cláudia lembrou que quando o *campus* iniciasse a migração das atividades para
290 Quitaúna, a devolução da atual unidade não será automática, havendo a possibilidade de se contar
291 com aquela estrutura ainda por algum tempo. Com a palavra, o Prof. Fábio, fez uma proposta de
292 encaminhamento no sentido de que no documento de candidatura fosse reforçada a necessidade de
293 infraestrutura adequada para o recebimento do novo curso. O Prof. Murilo ponderou que,
294 concretamente, havia a proposta da Profa. Márcia, de se incluir no documento da candidatura um
295 item sobre a infraestrutura e, havia ainda, a proposta do Prof. Júlio sugerindo que se o curso de
296 Direito fosse aprovado, fosse trabalhada apenas a previsão de início das atividades em 2016,
297 descartando-se o ano de 2015. Acrescentou que havia também a questão do curso dever ficar na
298 EPPEN ou em outra unidade universitária do *campus*. Ele discorreu sobre as três questões dizendo
299 que, em sua opinião, deveria estar registrado no documento a necessidade de infraestrutura
300 adequada. Com relação ao início das atividades apenas em 2016, julgou que poderia ser considerada
301 uma questão interna da Congregação. Dependendo de como as coisas se apresentassem ao longo do
302 ano, essa questão poderia ser revista. Justificou que se houvesse um acordo da Prefeitura para o
303 investimento de alguns milhões de reais e se no período das férias fosse feita uma reforma para
304 disponibilização de salas de aula, etc., eventualmente, as atividades poderiam ser iniciadas antes.
305 Então, o presidente propôs que fosse indicação da Congregação o início das atividades somente em
306 2016, mas, podendo ser reavaliada perante uma mudança muito significativa no quadro das
307 negociações com a prefeitura e com o MEC. E, a respeito do ingresso do curso de Direito na
308 EPPEN ou em outra unidade universitária, opinou que a conversa deveria ocorrer antes ou durante a
309 apresentação da candidatura ao Conselho de Graduação, pois, ao atentarmos para o teor do
310 documento, seria possível notar que um dos principais argumentos da candidatura de Osasco era
311 que o curso viesse para um *campus* de Ciências Sociais Aplicadas e, portanto, se fosse para outra



312 unidade universitária, aquele argumento se enfraqueceria. A candidatura, portanto, da maneira como
313 estava elaborada no documento, dependia daquela decisão. Frisou que aquele ponto deveria voltar a
314 ser pautado em uma reunião de abril ou maio para que a melhor decisão fosse tomada. Reforçou
315 dizendo que o projeto pedagógico diferenciado asseguraria que o curso de Direito no *campus*
316 Osasco tivesse um perfil destacado dos cursos tradicionais. Assim, o presidente detalhou o
317 encaminhamento para deliberação dos membros: **a)** submeter a aprovação com o adendo da ênfase
318 sobre a estrutura no item 11; **b)** o prazo de 2016 ser um indicativo da Congregação, passível de
319 reavaliação, mas não constante do documento de candidatura; **c)** ter o compromisso de fazer
320 negociações com a Prefeitura para conseguir verba para reforma do prédio atual; **d)** e ao apresentar
321 definitivamente a candidatura, a Congregação deveria definir se o curso de Direito faria parte da
322 EPPEN ou de outra unidade do *campus* Osasco, possivelmente na reunião de maio, visto que a
323 Congregação já se comprometera a discutir sobre os Departamentos na reunião de abril. O
324 encaminhamento foi **aprovado por unanimidade**. E, dando continuidade à ORDEM DO DIA, o
325 presidente suprimiu o item subsequente: **(3) Servidores e recursos para o recebimento do curso**
326 **de Direito no campus Osasco**, visto que o assunto tinha sido abarcado e devidamente tratado no
327 ponto anterior. Assim, passou diretamente para o item seguinte: **(4) Destinação das calculadoras**
328 **que foram doadas à Unifesp pela Receita Federal e que permanecem sem destino há mais de 2**
329 **anos** - O Sr. Tarcísio informou que não seria viável leiloar as calculadoras dado o alto custo de um
330 leilão (com licitação de empresa e outros preparativos) perante o valor do item (estimado em R\$
331 70,00 por calculadora), além de o recurso advindo do leilão não ser destinado diretamente para a
332 Unifesp, havendo um gasto com a burocracia para reaver o baixo valor a ser arrecadado, estimado
333 em um total de R\$ 18 mil. Acrescentou que, por se tratar de material de consumo, não havia
334 empecilhos para a doação e lembrou que aquelas calculadoras nem ao menos tinham garantia
335 técnica. O Prof. Murilo perguntou à Congregação se havia alguma proposta para a destinação das
336 calculadoras. A Sra. Emília apresentou duas propostas: como representante do NAE, propôs que
337 fossem emprestadas para os estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica, que
338 assinariam um termo se responsabilizando pelo equipamento e pela devolução ao término da sua
339 graduação; e, como representante dos técnicos, propôs que as calculadoras fossem doadas aos
340 servidores, incluindo docentes, deixando um número de itens para serem emprestados pela
341 biblioteca. Por sua vez, a Profa. Luciana sugeriu que não fosse dado destino às calculadoras naquele
342 momento, visto que o número de projetos tendia a crescer e elas poderiam vir a se tornar
343 necessárias. O discente Erike apoiou a proposta da Profa. Luciana e acrescentou a sugestão de
344 aumento da quantidade de calculadoras disponíveis para empréstimo na Biblioteca. O Prof. Júlio
345 argumentou que, sendo material de consumo, acreditava que os equipamentos deveriam ser doados
346 e não objetos de empréstimo. Sugeriu 130 para doação por critérios socioeconômicos e 130
347 disponibilizadas na biblioteca, afinal, ponderou, estão estocadas e sem uso. O Prof. Fábio defendeu
348 a proposta que todas as calculadoras fossem disponibilizadas na biblioteca que, em sua análise,
349 contemplava de modo universal todo e qualquer aluno do *campus*, não gerando um estigma sobre
350 aqueles que ganharam a calculadora pelo fato de estarem em vulnerabilidade socioeconômica.



351 Argumentou, também, que a doação de uma parte pode gerar um precedente e as pessoas exigirem
352 isso no futuro. O Prof. Hernan expressou preocupação com a criação de uma cultura de doação e
353 outros alunos no futuro poderiam também reivindicar uma calculadora. O Prof. Eduardo ponderou
354 que, se fosse para ficar no estoque, uma vez que, talvez, a biblioteca não tivesse condições de
355 gerenciar com o volume total naquele momento, acreditava ser melhor doar as calculadoras
356 excedentes. O Prof. Murilo, então, sistematizou as propostas: • todas as calculadoras serem
357 disponibilizadas pela biblioteca, se não naquele exato momento, quando houvesse condições; • 130
358 calculadoras serem doadas aos estudantes, respeitando-se critérios socioeconômicos e 130
359 disponibilizadas pela biblioteca; • doação de parte delas aos servidores, técnicos e docentes; e, as
360 colocou em votação: **1) doação de uma parte e empréstimo de outra parte; 2) só empréstimo via**
361 **biblioteca e outras entidades; 3) empréstimo para os alunos em vulnerabilidade via NAE e**
362 **empréstimo via biblioteca; 4) empréstimo e doação para servidores.** Após consulta e votação,
363 **venceu a proposta (2) só empréstimo via biblioteca, TI e outras entidades.** O presidente
364 prosseguiu, então, com a ORDEM DO DIA tratando do item seguinte **(5) Eleição de suplente para**
365 **a CPPD** - Candidataram-se: Prof. Júlio César Zorzenon Costa, Prof. Ricardo Ikeda e Profa. Cintia
366 Möller de Araujo. Procedeu-se à votação secreta e, apurados os votos a Profa. Cintia Rejane Möller
367 de Araújo foi eleita com 6 votos. O Prof. Júlio somou 5 votos e o Prof. Ikeda 3 votos. Assim, tratou-
368 se do item: **(6) Indicação de nome para comissão responsável pela elaboração de critérios para**
369 **progressão para professor titular na Unifesp** - O Prof. Murilo explicou que o plano de cargos e
370 salários estabelecia critérios para a progressão na carreira, no entanto, para a progressão para a classe
371 de professor titular havia 3 critérios: • possuir o título de doutor; • ser aprovado em processo de
372 desempenho; e • lograr aprovação de memorial. Esclareceu que as diretrizes gerais do MEC
373 delegavam para cada universidade a definição dos procedimentos para tal avaliação, portanto, o
374 CONSU havia estabelecido uma comissão para elaboração dos critérios e o *campus* Osasco
375 precisava enviar um representante. O Prof. Murilo perguntou se algum membro gostaria de indicar
376 algum candidato e a **Profa. Luciana Onusic se candidatou e foi aprovada por unanimidade.** O
377 presidente passou, então, para o último ponto, que fora acrescido à pauta a pedido do conselheiro
378 discente Erike: **(7) Funcionamento do restaurante universitário e dos serviços de reprografia**
379 **aos sábados** - O Prof. Murilo pediu ao diretor administrativo que esclarecesse o ponto aos
380 presentes. O Sr. Tarcísio, primeiramente, informou sobre a reforma do restaurante dizendo que os
381 arquitetos da Pró-Reitoria de Planejamento já haviam elaborado algumas propostas de reforma, que
382 seriam levadas em breve para apreciação da Congregação. Acrescentou, também, que os serviços de
383 reprografia aos sábados já teriam início no final de semana seguinte. E, quanto às refeições a serem
384 oferecidas aos sábados, relatou que as negociações com a empresa responsável pelo restaurante
385 universitário estavam difíceis e uma resposta dos fornecedores era aguardada. Avisou, também, que
386 a nova licitação para contratação de empresa para o restaurante universitário já previa serviços de
387 cantina e refeições aos sábados. O Prof. Júlio lembrou que até que a nova empresa fosse licitada,
388 haveria o problema e perguntou ao discente Erike se não fora cogitada a possibilidade de o Centro
389 Acadêmico, naquele período até a substituição da empresa, fazer algo para minimizar a questão, já



390 que no entorno não havia estabelecimentos que oferecessem alimentação aos sábados. **O Prof.**
391 **Murilo, então, disse que a resposta da empresa seria aguardada, ao mesmo tempo em que**
392 **seria verificada com a Procuradoria a possibilidade de uma contratação emergencial para os**
393 **sábados e, somente então, tentar uma alternativa informal até junho.** E assim, não havendo
394 mais nada a ser tratado, o presidente declarou encerrada a sessão às 12h30min. Eu, Maristela
395 Bencici Feldman, lavrei este documento.

396 Osasco, 21 de março de 2014.

397

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

398

399

Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari

400

401

Sr. Tarcísio Martins Mendonça

402

403

Prof. Dr. Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub

404

405

Prof. Dr. Eduardo Luis Machado

406

407

Profa. Dra. Márcia Carvalho de Azevedo

408



409

410

Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos

411

412

Prof. Dr. Júlio Cesar Zorzenon Costa

413

414

Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic

415

416

Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet

417

418

Prof. Dr. Salvador Andres Schavelzon

419

420

Sra. Emília Tiemi Shinkawa

421

422

Sr. Erike Patino Cardoso

423

424

Maristela Bencici Feldman